

REGULARIDADES, REGRAS E ESTRATÉGIAS\*

Herman Parret\*\*

Fundação Nacional Belga para a Ciência

(Tradução de Rodolfo Harí)

As considerações epistemológicas que apresentarei aqui dizem respeito às regularidades da língua, às regras da gramática, e às estratégias de produção e compreensão das seqüências linguísticas. Não é meu propósito mostrar que a ordem que vai da regularidade à regra, e da regra para a estratégia é uma ordem progressiva, ou que a noção de 'estratégia' tem uma adequação descritiva e explicativa final quando comparada com as noções de 'regularidade' e 'regra'. Também não é substituir as 'regras gramaticais', digamos, por 'estratégias pragmáticas'. Como deveria tornar-se claro neste artigo, adoto uma perspectiva tolerante (e um tanto ecumênica), e a posição epistemológico-crítica que assumo nesse confronto com as teorias semióticas e linguísticas será ao mesmo tempo meta-pragmática e meta-gramatical. Três autores-alvo ou três paradigmas-alvo serão discutidos nesta apresentação: Saussure, Chomsky e Wittgenstein (naturalmente, os paradigmas abrangem as diferentes tendências a que eles deram origem na teorização contemporânea). Sustentar-se-á que essas três posições paradigmáticas são dominadas, respectivamente, pela metáfora econômica, pela metáfora biológico-física e pela metáfora social, e que, por conseguinte, os conceitos específicos de regularidade/regra/estratégia, no interior desses paradigmas, tomam forma de acordo com a força específica dessas metáforas. Para esclarecer o que entendo por essas correlações, menciono somente a centralidade, no Cours de Linguistique Générale da noção de valor, inspirada na economia, o estilo galileano, como lhe chama Chomsky, da teoria linguística, e o ponto de vista que se costuma chamar "fundado na noção de comunidade" a respeito dos jogos de linguagem nas Investigações Filosóficas. Tornar-se-á evidente que nossas três perspectivas paradigmáticas, em sua dependência de metáforas que geram a compreensão teórica, 'criam', por assim dizer, as restrições, limitações e possibilidades dos conceitos de regularidade, regra e estratégia.

Procederei como segue. Admite-se geralmente que a língua, em sua es-

---

\*Publicado em Journal of Pragmatics. Edição especial sobre Metapragmática (org. por C. Caffi), 1983. Agradecemos ao Prof. Parret pela autorização para publicar este texto em língua portuguesa e à FAPESP por ter possibilitado a presença do Prof. Parret em nosso Departamento, como professor visitante, no primeiro semestre de 1984.

trura e em seu uso, é uma rede de regularidades, e que sem regularidade seria impossível comunicar, ou mesmo aprender uma língua. Além disso, é um traço (point) da metodologia geral da ciência que uma teoria reconstrói as regularidades de maneira ontogenética e filogenética: a regularidade é a priori de qualquer reconstrução científica. 'Estrutura', 'sistema', 'rede', 'forma' 'configuração teórica' (pattern) etc. são conceitos centrais de qualquer metodologia.

O meu primeiro assunto referir-se-á aos pontos de vista específicos que nossos três paradigmas têm da regularidade no discurso. Esses pontos de vista dependem da concepção que eles têm da relação constitutiva entre a teoria (em semiótica ou em lingüística) e seu objeto, e dos modos específicos como é defendida a interiorização das regularidades. É evidente que as regularidades 'estruturais' - no sentido saussuriano de "uma língua e um sistema", "uma forma" - são epistemologicamente diferentes das regularidades 'de competência' - no sentido de Chomsky para quem a gramática é interiorizada como uma competência - que são, de fato, estigmatizadas como idealizações psicologizantes por aqueles que advogam a concepção das regularidades da língua em termos de consenso ou acordo, como acontece no paradigma de Wittgenstein.

Essa resenha das abordagens à regularidade na língua é tão somente uma introdução ao meu segundo assunto, a natureza das regras nos três paradigmas. Sustentar-se-á que no primeiro paradigma não há necessidade intrínseca de regras nem tampouco de uma 'gramática' - seria interessante atentar para o uso frugal dessas palavras na axiomática Saussuriana. O primeiro paradigma dá realce a regularidades estruturais que, contudo, não têm qualquer potencialidade de tornar-se estruturadas como uma gramática. Naturalmente, isso é diferente do segundo e do terceiro paradigma: tanto Wittgenstein como Chomsky têm concepções explícitas das regras e das gramáticas, e ambos os termos são noções nucleares, com impacto a longa distância sobre as perspectivas a respeito da língua e do discurso. Todavia, defenderei que as regras de Chomsky são de fato leis interiorizadas, ao passo que as regras de Wittgenstein são estratégias exteriorizadas. As regras parecem ter uma posição epistemológica intermediária entre as leis e as estratégias, mas ainda assim precisam ser distinguidas das generalizações. Na verdade, a segunda seção de meu artigo deveria esclarecer a escala generalização/lei/regra/estratégia aplicando parâmetros adequados como a aceitabilidade, a contextualidade e a normatividade, e relacionando essas noções epistemológicas e metodológicas distintas aos procedimentos duplícipes da interiorização e exteriorização. Como eu disse, uma inspeção cuidadosa dos parágrafos centrais das Investigações Filosóficas nos diria que os problemas de 'ser governado por regra' e 'seguir uma regra' e a noção correlata de 'gramática profunda' evocam, de fato, o jogo lingüístico que é necessariamente exteriorizado.

O meu terceiro assunto deveria precisamente reordenar, do ponto de vista meta-pragmático, os vários modos de encarar as estratégias (por exemplo em sociolingüística ou em etnometodologia) e tentar relacioná-las ao paradigma Wittgensteiniano. A partir daqui, será desenvolvida uma crítica da abordagem epistemico-intencional de Grice do governo por estratégia, bem como uma crítica das assim chamadas

teorias pragmáticas em que a perspectiva de comunidade das estratégias se baseia na necessidade de conhecimento mútuo entre membros da comunidade. Mesmo quando uma reconstrução 'em gramática profunda' Wittgensteineana das estratégias que estruturamos jogos de língua é superior a uma reconstrução 'em gramática profunda' Chomskiana das regras da competência, ainda ocorre que nem todas as noções de estratégia sejam aceitáveis e adequadas. Seria preciso definir-se sobre o modo de otimizar a noção de estratégia, isto é, sobre como obter a noção que pode servir de base mais segura para a 'pirâmide' da descrição e explicação dos fenômenos de discurso.

## 1. AS REGULARIDADES DE LÍNGUA E SUAS METÁFORAS.

### 1. A economia dos valores lingüísticos

Convém relacionar a metodologia dicotomizante de Saussure a esta afirmação geral no capítulo inicial do Cours: "O objeto não é dado de antemão com relação ao ponto de vista: longe disso. Ao contrário, poder-se-ia dizer que é o ponto de vista adotado que cria o objeto. Além do mais, não há nada que nos diga de antemão se um desses modos de olhar para ele é anterior ou superior a qualquer dos outros" (Saussure, 1915/1983/:8). "O ponto de vista adotado cria o objeto": é assim que as dicotomias são motivadas: o objeto da lingüística é a langue, a sincronia, a forma, ao passo que o segundo termo correspondente das dicotomias, isto é, parole, diacronia, substância, estão no domínio do resíduo. Uma língua ("langue") - não confundir com 'linguagem' (que é o conceito genérico) nem com 'parole' (que é o resíduo) - "é ao mesmo tempo um todo auto-suficiente e um princípio de classificação" (Saussure 1915/1983/:10). As regularidades, de acordo com Saussure, são sistemáticas, além do mais a sistematicidade é holística. Há regularidades sintagmáticas e associativas (chamadas pelos estruturalistas posteriores de 'paradigmáticas') - tanto as relações sintagmáticas como as associativas desempenham seu papel específico (por exemplo, Saussure encara a sintagmática como incluindo a sintaxe). Esta língua é definida como um sistema de termos co-existentes, mutuamente dependentes e funcionando de acordo com relações in praesentia (sintagmática) e in absentia (relações associativas) (veja-se Koerner 1973: 354-355). Mais importante ainda parece ser que a sistematicidade é holística - na verdade, não é somente verdade que uma língua é "um todo auto-suficiente", mas também que o todo precede ou domina as partes. É bastante conhecido que esta abordagem das regularidades da língua sacrifica variações de pelo menos três tipos: a variação temporal, a variação individual e a variação contextual (veja-se a este respeito Harris 1978: 12 ss). De fato, a variação é a-regular (distinguir de 'irregular' que, enquanto violação da regularidade, é ainda 'regular') e por isso pertence ao domínio do resíduo, exatamente do mesmo modo que o subjetivo, o emotivo, o prescritivo... As regularidades de língua são propriedades dependentes da teoria - o regular confunde-se com o domínio da langue, em outras palavras, o sistema holístico, ao passo que o a-regular se confunde com o resíduo ou o domínio da irredimível parole. O limite entre ambos os domínios não é de maneira alguma osmótico, e não há ex-

pansão do conjunto das regularidades para ocupar (ainda que em parte) a província da parole.

A dependência da teoria da língua, ou do objeto da lingüística é evidenciada pelo fato de que a noção de entidade (ontológica) se confunde com a de valor, ou que a noção de valor envolve a de realidade (Saussure 1915/1983:110 ss). Diz-se que os sistemas semióticos são sistemas de valores (ver também Godel 1957:281), e introduz-se neste ponto a analogia com o jogo de xadrez. Saussure diz-nos que "de todas as comparações em que se poderia pensar, a mais reveladora é a semelhança entre o que acontece numa língua e o que acontece num jogo de xadrez" (Saussure 1915/1983 :87), porque em ambos os exemplos somos confrontados com um sistema de valores - diz-se que "um jogo de xadrez é como uma forma artificial daquilo que as línguas apresentam numa forma natural" (Ibidem). É sempre importante observar cuidadosamente as comparações e analogias nos textos, e precisaríamos esclarecer se o xadrez é realmente o jogo prototípico nos paradigmas de Chomsky e Wittgenstein, e mesmo se os jogos são as analogias preferidas das regularidades de língua... Mas é ainda mais fundamental a metáfora econômica dos 'valores lingüísticos', que informa com absoluta determinação o conceito de 'regularidade sistemática'. A imagem de que ao falar "imitamos os banqueiros que, ao manusear valores os tratam como se eles fossem a própria moeda" é de Locke (ver Aarsleff 1982: 307-308);<sup>1</sup> e há uma longa tradição no desenvolvimento da teoria lingüística em que a comunicação verbal é vista como uma transação econômica (ver Harris 1983; Bourdieu, 1982). As unidades do sistema são as equivalências abstratas (tipos, não ocorrências) que subjazem à transação; moedas quando a transação é comercial; sons quando a transação é lingüística. E essas equivalências pertencem ao sistema (a langue, no caso lingüístico). As unidades têm um valor somente quando ocorre o duplo embricamento, quer com outras unidades de troca, quer com uma outra substância disponível em troca por cada uma dessas unidades. Na opinião de Saussure, esse sistema de valores tem que ser postulado para justificar o fato de que os membros de uma comunidade lingüística podem comunicar com êxito. O grande atrativo da metáfora econômica foi precisamente que ela proporciona uma explicação do modo como na nebulosa ("la nébuleuse") da diversidade e variação o lingüista consegue detectar um conjunto de constantes ou regularidades que não são pré-estabelecidas por natureza mas que os falantes podem tratar como fixas para fins de comunicação. Mas o perigo da metáfora econômica para a teoria lingüística tem sido que, tanto quanto na situação econômica, o sistema lingüístico de regularidades é considerado como um sistema fechado e imanente, e a estrutura das regularidades é considerado como uma estrutura acabada e definitiva de um número finito de regularidades.

Hjelmslev, em minha leitura de seu trabalho, escapa das desvantagens da metáfora econômica, e portanto suplementa a axiomática Saussuriana de um modo original. A crítica à perspectiva de Saussure sobre a dicotomia langue/parole concerne à definição fixa dos limites do domínio residual, 'perdido para todo o sempre'. O objeto da ciência da língua é a língua como tal (não somente a parte que fica isen-

tada da variação tripla, temporal, individual e contextual). Isto é possibilitado por peculiaridades importantes da teorização Hjelmsleviana. Basta ler as páginas finais dos Prolegomena para perceber de que modo a imanência e a transcendência podem ser compostas ou, nas palavras do tradutor de Hjelmslev: "A teoria lingüística é impulsionada por uma necessidade interna de reconhecer não só o sistema lingüístico, em seu esquema e em seu uso, em sua totalidade e em sua individualidade, mas também o homem e a sociedade humana por trás da língua, e toda a esfera de conhecimento do homem através da língua. Nesse ponto, a teoria lingüística alcançou o objetivo prefixado: humanitas e universitas (Hjelmslev 1963:127). A totalidade não é uma totalidade fechada, e é por catálise ou "registro de coesão" - não por análise - que o campo de visão pode ser estendido.<sup>2</sup> A substância, a diacronia e o discurso (ou subjetivada-na-língua) são descritos adequadamente em metasemiótica, e este é o factual que a semiótica estrutural (a assim chamada "Escola de Paris" de A.J.Greimas) trilhou depois de Hjelmslev. O conjunto das regularidades não é nem fechado nem finito, porque a construção teórica é uma dinâmica contínua e auto-transcendente.

## 2. Demócrito e Galileu combinados

Seja o que for a concepção estruturalista das regularidades da língua - seja ela a ortodoxia holístico-sistemática saussureana ou o suplemento dinâmico hjelmsleviano - os gramáticos gerativistas continuarão entendendo que, nesse paradigma, as regularidades são propriedades observáveis de superfície: a sintagmática contém as regularidades de concatenação (cp. a cadeia da fala) ao passo que a paradigmática (de início, o conjunto das relações associativas) contém o dicionário e, na melhor das hipóteses, uma lista das possibilidades morfossintáticas da língua. Mas as teorias científicas - eles dirão - devem ser capazes de distinguir o modo como as coisas aparecem do modo como as coisas realmente são. A distinção aparência-realidade é feita de acordo com o princípio de Demócrito de que devemos aprofundar, além da aparência superficial, uma realidade mais profunda que subjaz a elas (Katz 1971: 1-4). Quando aplicamos este princípio à nossa discussão, pode-se afirmar que as 'regularidades profundas' são muito diferentes de sua forma superficial, e que isso pode ser confirmado por postulação hipotética. As teorias não-democriteanas assumem que as regularidades de língua devem ser definidas em termos das propriedades de superfície da concatenação sintagmática ou da organização paradigmática do dicionário, mais uma morfossintaxe (taxionômica). Na verdade, a assim chamada 'revolução Chomskiana' faz reviver a perspectiva democriteana a respeito da língua na medida em que afirma ser superior empiricamente (por exemplo, gera as teorias mais adequadas da sinonímia, 'entailment', 'boa formação', etc.) e mais poderosa empiricamente (já que se podem fazer hipóteses sobre universais lingüísticos). Conforme se sabe, os gramáticos gerativistas têm tido desde 1957 uma atitude constante de respeito pelo princípio de Demócrito.

Há mais mistério - e também mais incerteza - a partir do momento em

que a natureza da realidade subjacente ou as 'regularidades profundas' precisam ser definidas. Em escritores recentes, Chomsky cita repetidas vezes o 'estilo Galileano' - o que é, de fato, um termo emprestado de Husserl - na investigação lingüística, e chega a delinear uma possível 'revolução galileana' em lingüística (Chomsky, 1980). Uma combinação de Galileu e Demócrito, na verdade, introduz um novo estilo de investigação - o uso desse estilo de investigação manifesta o voltar-se da atitude intelectual de uma preocupação em dar cobertura aos dados para uma preocupação com a acuidade (insight) e profundidade da explicação (Chomsky 1978). O que acarreta, exatamente, o "estilo Galileano" para o estudo das regularidades de língua? Três mecanismos centrais estão envolvidos: a abstração, a matematização e a assim chamada "tolerância epistemológica". Abstração significa que o lingüista se compromete com "idealização de longo alcance" e que o modelo do lingüista não contém princípios explicativos ligados por inferência direta aos dados que eles explicam (por exemplo, o 'princípio de subjacência' é abstrato neste sentido). (Veja-se sobre todos estes aspectos Botha 1981). Em segundo lugar, o estilo galileano introduz o mecanismo da matematização: por exemplo, os modelos da física 'matematizam' a realidade física e o conjunto de "regularidades profundas" reconstruídas pelo gramático tem o mesmo grau de realidade que o físico atribui aos seus modelos matemáticos do universo" (Chomsky, 1980:223). Lembre-se que Galileu disse: "A natureza é um livro, e os caracteres em que está escrito são triângulos, círculos e quadrados" (ver Weinberg, 1976:13-29). O terceiro mecanismo é a chamada tolerância epistemológica: é a atitude que o linguista precisa adotar com respeito às inadequações empíricas de teorias lingüísticas que já alcançaram um certo grau de profundidade explicativa; essas profundidades (sic, parece haver um engano no texto original, propriedades por teorias) não devem ser abandonadas como refutadas pelo que parecem ser evidências contrárias derivadas do senso comum, ou das sensações do mundo ordinário (por exemplo, as intuições lingüísticas são fonte de sensações desse tipo ou observações do senso comum). Esses três mecanismos explicam o grande sucesso das ciências naturais, e a lingüística deve tirar proveito deles.

Bem entendido, não quero estender aqui a discussão à interpretação que Chomsky faz da epistemologia das ciências naturais em geral, e de Galileu em particular; também não quero analisar a relevância desses mecanismos epistemológicos em lingüística (veja-se Botha 1981 a este respeito). O que me interessa é o simples fato de que as "regularidades profundas", reconstruídas de acordo com os princípios de Demócrito e Galileu são definidas em termos de metáfora biológico-física. A biologia foi apresentada por Chomsky como a ciência unificadora e a ciência alvo - e de fato se disse que a psicologia pode ser reduzida à biologia em última instância. O novo salto deixa claro que a física poderia, em vez da biologia, vir a ser a 'base' - realiza o melhor dos três mecanismos acima mencionados, e ofereceria novos horizontes para a investigação lingüística. Na verdade, poder-se-ia realizar o futuro da investigação lingüística em termos de noções como estar unificada, estar baseada em princípios, ter elegância e especialmente naturalidade e profundidade dedutiva. O sonho e

o perigo da metáfora tornar-se-ã evidente tão logo se analisar por que e como essas "regularidades profundas" são regras gramaticais, que são, em minha interpretação - e precisamente por causa do impacto da metáfora biológico-física - leis e não regras.

### 3. Semelhanças e jogos

"A preocupação com a acuidade e profundidade" e a "profundidade dedutiva" levam-nos a descobrir as regularidades da língua. Todavia, uma outra noção de profundidade sem qualquer paladar Demócrito-galileano pode servir como alternativa. Wittgenstein faz perguntas como: O que quer dizer quando digo que uma proposição, quando a entendo, adquire profundidade para mim? O que significa falar da profundidade de uma sonata de Brahms ou da profundidade de um ritual? Wittgenstein encara "profundidade", em suas Observações sobre o Golden Bough de Frazer, como definido radicalmente por "conexão": "O que é que faz dos sacrifícios humanos algo profundo?... afinal? O aspecto de profundidade é atribuído a partir de uma experiência em nós mesmos" e "aquilo que eu vejo neles (os rituais) é algo que eles adquirem, em última análise, a partir da evidência, incluindo a evidência que parece diretamente conexa com eles - ... a partir da estranheza do que eu vi em mim mesmo e nos outros"<sup>3</sup>. Afirma-se mesmo, explicitamente, que as explicações, de natureza causal ou outra, nunca proporcionam profundidade. A terapia de Wittgenstein dirige-se em primeiro lugar contra a profundidade Demócrito-Galileana e as enfermidades epistemológicas da idealização, matematização e outros procedimentos do 'triumfalismo' metódico. Emerge uma outra concepção de gramática profunda e regularidades profundas quando profundidade e conexão são interrelacionadas intrinsecamente.

A clareza sobre as regularidades da língua não resulta de penetrar nas profundezas das seqüências da língua de modo a revelar estruturas abstratas e idealizadas, mas de contrastar os modos como a língua é usada "regularmente" em diferentes domínios da vida (ou formas de vida) (Vejam-se comentários em Katz 1971, cap.2). Cito, novamente, Wittgenstein: "Pois nossas formas de expressão nos previnem de todas as maneiras possíveis de enxergar que nada além do corriqueiro está envolvido, mandando-nos em busca de quimeras" (Wittgenstein 1953:§ 44). A principal fonte de raciocínio que leva a uma concepção Demócrito-Galileana das regularidades da língua é a falsa concepção de "exatidão lógica" e a ignorância da noção de "família". O que as regularidades da língua têm em comum deve ser pensado como semelhanças de família. A semelhança é uma questão de grau e a nossa compreensão das regularidades não deveria estabelecer de antemão como essas regularidades devam ser estendidas a casos novos - de toda maneira, a essência e a precisão são estigmatizadas como mitos gêmeos nas Investigações Filosóficas (especialmente nos parágrafos 65-78, a respeito do caráter de terminado do sentido). Somos levados a pensar que a dificuldade consiste na descrição de sutilezas extremas, quando a dificuldade dela consiste em pôr em foco, nitidamente, o terra a terra e o familiar (veja-se Baker e Hacker 1980: 315-366). As semelhanças de família são familiares também nesse sentido. Quero acentuar o fato de que nas

Investigações a noção de semelhança de família é aplicada em primeiro lugar a conceitos formais, como "proposição", "número", "Satz" e que, evidentemente, "regularidade" é um bom candidato para ser compreendido do mesmo modo. Uma definição Merkmal das regularidades de língua só pode ser reducionista - as regularidades têm propriedades comuns, mas têm a peculiaridade de serem disjuntivas. O conceito de regularidade de linguagem é um conceito com características de aglomeração (cluster) - há um conjunto de aspectos de semelhança que são relevantes para determinar se uma propriedade é uma regularidade. O abordar as regularidades como semelhanças de família indicaria como a característica de ser o mesmo ("ser o mesmo", "ser comum") descoberta no interior do 'regular' pode furtar-se aos mitos gêmeos da essência e da precisão, ou, para voltar ao princípio Demócrito-Galileano, como a familiaridade (e banalidade) das regularidades pode ser resgatada da "busca de quimeras".

O paradigma de Wittgenstein sugere que a propriedade de ser o mesmo deve ser abordada através da analogia como o jogo. Todavia, os próprios jogos podem ser tratados em termos da metáfora social e é por isso que os jogos de linguagem são jogos prototípicos. As regularidades que determinam o alcance dos jogos de linguagem são produzidas e compreendidas por jogadores potenciais, e sua contratualidade só pode ser operacional numa comunidade dada. É extremamente difícil não seguir em nossas rotinas intelectuais a hipótese saussuriana do jogo de xadrez como protótipo de todos os jogos, e voltar-se para a alternativa wittgensteineana, onde a própria língua é o protótipo. Embora a analogia do xadrez sugira uma concepção da língua como cálculo, mantém sua função heurística precisamente na medida em que o xadrez é considerado um jogo entre outros, não como um protótipo (sobre a analogia com o xadrez, veja-se Wittgenstein 1953; especialmente os §§ 11-12, 22, 136) - tem um valor heurístico, por exemplo, para dizer que a fim de compreender as regularidades de língua "jogamos o jogo das funções de verdade com as frases. Pois a asserção não é algo que vem acrescentar-se à proposição, senão um traço essencial do jogo que jogamos com ela. Comparar, por exemplo, a característica do xadrez pela qual está presente nele o ganhar e o perder..." (Wittgenstein 1978: veja-se Waisman 1965: 372 ss). Somente o caráter prototípico do jogo de xadrez precisa ser destronado - a força da metáfora social requer uma "nebulosa" mais ampla, (talvez mesmo infinita) de jogos, todos realizados no uso da língua. Mas todos - em sua regularidade, em suas similaridades e desvios - são familiares e comuns: são familiares na comunidade daqueles que jogam os jogos. Surge então, rapidamente, a próxima questão: o que são as regras do jogo, ou com que se parece a gramática das regras, se o jogo sujeito a regras é a própria língua?

## II - AS REGRAS DE GRAMÁTICA E SUA DISSOLUÇÃO

Deixando de lado por um momento nossos paradigmas, esboçarei a semântica do termo "regra", da maneira mais intuitiva e plausível que for capaz. Distinguo três propriedades conotativas no uso desse termo em linguagem corrente. (1) Uma regra é uma expressão metalinguística: é um termo gramatical, uma noção graças a qual e

possível teorizar sobre a língua. Esta intuição, - embora seja anti wittgensteiniana e manifest por isso as enfermidades filosóficas de nossas intuições - é materializada na concepção das gramáticas, de Panini e os gregos em diante. As regras devem ser aprendidas, e uma gramática é, em essência, necessariamente didática ou "acadêmica". As regras, como expressão metalinguística, podem ser representações de todo tipo: podem ser descrições estruturais de tipo taxionômico ou podem ser representações derivadas simulando o processo gerativo. Seja como for, um sistema de gramática é intrinsecamente relacionado à possibilidade de aprendizado (learnability), a um programa educacional (veja-se sobre este ponto Harris 1980:118-126), a uma Academia. Pelo menos, é isto que a diacronia (ou mesmo a sincronia) da semiótica do termo "regra" mostra. (2) Acrescento uma segunda propriedade: uma regra é uma expressão metalinguística de estrutura total deôntica. As regras devem poder interpretar-se como imperativos. A distinção que frequentemente se faz entre regras linguísticas prescritivas e regras linguísticas descritivas é derivada: a noção de regra linguística descritiva permanece intrinsecamente dependente de sua contrapartida descritiva. A prescrição concerne a execução de um programa cognitivo (ou de um conjunto de operações cognitivas) com o objetivo de atualizar quer a produção deste ou daquele item (por exemplo uma oração), quer a mudança de um estado para outro. (3) Completo este esquema por meio de um terceiro traço (provavelmente mais controverso): seguir as regras é o correlato de ditar as regras, e não há regras [rules] sem os que ditam regras [rulers] (ou melhor, ser a dialética do que ordena [ruler] e do que obedece [ruled], ou, em termos mais dramáticos, do 'senhor e do escravo'). No quadro da teoria semiótica de Greimas, isto significaria que a formulação de regras pressupõe a estrutura 'actancial' da manipulação envolvendo dois atores, sendo que ambos são competentes: o primeiro ator é o que estabelece a regra [rule giver], o segundo é o que segue a regra [rule follower]. A gramática pode ser encarada 'antropomorficamente' como o Ator ideal que estabelece regras, ao passo que o Dispositivo, o Autorato é o Ator ideal que segue a regra. (Veja-se Greimas e Courtés (1982:313)).

Chamarei esses traços respectivamente o traço acadêmico, o traço deôntico e o traço actancial da semiótica de 'regra', e de uma gramática como conjunto de regras. Como se comportar nossos paradigmas-alvo com respeito a esta análise intuitiva? É notório que essas noções são absolutamente centrais, tanto na teoria linguística de Chomsky, como no pensamento linguístico de Wittgenstein. Entretanto, no quadro Saussureano, onde as regularidades da língua são consideradas em termos de sistematicidade holística, conforme mencionei na primeira seção deste artigo, as noções de 'regra' e de 'gramática' são necessariamente marginais e acidentais. A axiomatica saussureana não só esquece a semiótica dos três traços que eu acabo de esboçar, mas não pode sequer admitir a relevância de qualquer noção de regra de gramática. Nenhuma descrição estrutural é jamais chamada de regra no Curso<sup>4</sup>, enquanto o uso do termo 'gramática' é tautológico ou com sintaxe<sup>5</sup> ou com teoria linguística, isto é, a descrição sistêmica do "estado de língua" ("état de langue") (Godel 1957: 'Grammaire'), e portanto com sincronia. É uma ironia do destino que Saussure use o

terro 'gramática' duas vezes de maneira idiossincrática e muito significativa: ele menciona a "gramática do mercado de ações" ("la grammaire de la bourse" (Engler 1968: 'Grammaire')) e chama de gramática ao "manual de xadrez" ("le traité du jeu d'échecs" (ibidem)). A primeira frase evoca a dominância da metáfora econômica sobre a concepção das regularidades de língua, e a segunda frase lembra-nos do caráter prototípico do xadrez, com suas consequências distantes.

### 1. As regras como leis interiorizadas

Não é objetivo deste artigo apresentar uma tipologia de regras como elas funcionam numa gramática gerativa. Mencionarei simplesmente que a idéia de encerrar o estudioso que investiga as línguas como um gramático, e a ciência da língua como buscando formular uma gramática, ou um conjunto de regras é nova não só com respeito aos predecessores tradicionalmente lembrados da lingüística chomskiana, a saber os estruturalistas europeus e americanos, mas também na longa história do trivium retórica/lógica/gramática, em que a gramática recebeu sempre a importância mais modesta. A gramática não foi nunca um assunto de atenção séria. Quintiliano, Dionísio Trácio, como aqueles que refletiram sobre a língua na idade média e assim as escolas tardias como Port Royal, pensaram que seria legítimo que as pessoas se dedicassem a lazeres como a gramática, com a condição de não ficar atoladas neles (Quintiliano usa a palavra haerere) (Veja-se sobre este ponto Harris 1980:109): as gramáticas eram apêndices da lógica e da retórica. A primazia da gramática na teoria lingüística gerativa tem a ver com a dicotomização epistemológica entre competência e performance, entre os dois tipos de criatividade mencionados por Chomsky, a saber "algorítmica" em oposição a "romântica" (i.e. Humboldtiana), e especialmente com a dicotomia entre, de

um lado, regras e restrições e de outro tendências e restrições.<sup>6</sup> Sistemas periféricos, estruturas superficiais, e mesmo a semi-gramaticalidade foram admitidos como existentes (neste sentido, a competência "estilística" é às vezes considerada como um estágio de pre- ou semi-competência), mas a gramática nuclear (core grammar) (Chomsky 1978:26) deve ser tomada "como um sistema de regras que proporciona representações do som e do sentido, cujo caráter específico vai ser determinado à medida que a investigação avança; nossa tarefa é descobrir as representações que aparecem e as regras que operam sobre elas e as relacionam; e, mais importante, descobrir o sistema de gramática universal que proporciona a base sobre a qual se desenvolvem (Chomsky 1980:65).

A noção de 'regra', como usada aqui, não tem os traços 'acadêmico', 'deontico' e 'actancial' que atribuí à semântica do uso corrente desse termo. As regras, de acordo com Chomsky, não precisam ser aprendidas - elas não são de maneira nenhuma arbitrárias, e não existe nenhuma 'Academia dos Gramáticos' para pôr no papel uma gramática que funcione a priori, a todo momento há uma capacidade de língua no universo, isto é, a todo momento há uma corporificação humana da gramática universal. Não há uma estrutura actancial subjazendo às regras, tampouco, porque não há oposição dialética entre o que dá as regras e o que as segue. Mas ainda há a execução de um programa cognitivo. É essa execução prescrita? Não, ela é antes programada ou feita sobre circuitos pré-moldados. (Tenho dúvidas de que se possa corretamente qualificar um programa computacional como um imperativo e uma regra (computacional) como a expressão de uma estrutura modal deontica). É evidente que os traços actancial, deontico e acadêmico são interrelacionados, e que uma execução sobre circuitos pré-moldados não pode ser analisada em termos da dicotomia prescrição/descrição. Quando as regras num paradigma chomskiano são avaliadas da posição intuitiva em que são consideradas como tendo traços actanciais, deonticos e acadêmicos, não são regras, mas leis interiorizadas.

São leis em decorrência do fato de que os parâmetros verdadeiramente explicativos da normatividade, aceitabilidade e contextualidade não se aplicam a elas (sobre esses parâmetros, veja-se Parrett 1980). As regras na teoria de Chomsky não são 'apreciadas' (valued) ou 'valorizadas' (valorized) em termos de relevância, expressividade, contratualidade e autenticidade: não precisam ser relevantes com respeito à compreensão global do texto; não precisam ser expressivas com respeito à realidade (portanto não têm qualquer função de verificação ou veridicidade (veridiction)); não são contratuais no nível interpessoal e interacional; não precisam ser 'autênticas' com respeito às necessidades e motivos internos dos falantes. O parâmetro de aceitabilidade gradual falta igualmente: a gramaticalidade é fortemente protegida contra a aceitabilidade, que é intrinsecamente considerada como um juízo de performance. O contexto - estabelecido anteriormente a ele e constituído pelo discurso - é irrelevante para a gramática e a obediência das regras. Regras desprovidas de valores, independentes do contexto (absolutamente, no sentido pragmático) produzindo seqüências gramaticais sem qualquer poder sobre a (in)aceitabilidade dessas seqüências, são leis e não regras. Esta afirmação não deveria chocar ninguém. As regras, segundo Chomsky, são naturais; a consciência (mind) é um órgão mental (e "não uma clara linha de demarcação

entre os órgãos físicos, os sistemas perceptuais e outros, e as faculdades cognitivas" (Chomsky 1980:39), os seres humanos falam da mesma maneira que as aves voam, e aos que são agora os começos desataviados da ciência da língua está reservado um futuro brilhante, uma vez que a lingüística foi motivada pelo princípio Galileano, e pela fiscalização da ciência que acarreta (veja-se a secção 1.2).

As regras chomskianas são leis de um tipo específico - são leis interiorizadas. O conceito fundamental, aqui não é 'gramática' mas 'saber a gramática' (Chomsky 1980: 126). Uma pré-condição essencial para essa radicalização epistêmica é que, para Chomsky, os sistemas de regras proporcionam representações da forma e do sentido, e representar é uma relação cognitiva que é necessária para conhecer a gramática.<sup>7</sup> Sem dúvida, representar e conhecer são relações cognitivas que são acessíveis somente à "consciência empírica possível" (Kant, 1963:142), portanto o indivíduo que conhece a gramática não precisa ser capaz de enunciar as regras da gramática. De novo, não posso aprofundar-me no debate sobre este ponto essencial da teoria lingüística chomskiana (veja-se Cooper 1975: especialmente os Capítulos 3 e 4), direi simplesmente que estou convencido de que é sem sentido postular crenças e conhecimentos para os quais faltam critérios de identidade. Muito grosseiramente, poder-se-ia perguntar "Quais são os critérios de acordo com os quais se pode dizer que dois falantes têm o mesmo conhecimento?" Como no quadro mentalista de Chomsky não se aceitam nem critérios disposicionais-comportamentais, nem convencionalistas, não há resposta adequada ao problema da identidade epistêmica. Exceto a solução naturalística: a mente é um fragmento da Natureza, e é reificável como um objeto de ciência galileana. A psicologia cognitiva mostra-nos por intermédio de que estados mentais esse fragmento da Natureza pode ser interiorizado. Essa interiorização não leva à normatividade, à dependência do contexto, e a juízos de aceitabilidade, porque a Natureza é "objetiva" (ou com forma de objeto) e dada a priori. A interiorização é passiva e estática: relevantes, aqui, não são os procedimentos mentais, mas os estados mentais. Além disso - e este é o ponto a que eu queria chegar- o conceito intuitivo de regra, com seus traços acadêmico, deontico e actancial, está irrevogavelmente dissolvido.

## 2. As regras como estratégias exteriorizadas.

Não quero acentuar a força catártica que as Investigações Filosóficas exerceram sobre todo tipo de essencialismo e logicismo, e sobre a visão mecanicista e naturalista do funcionamento da língua. Ainda assim, o argumento sobre dominar por meio de regras e seguir regras (rule governing, rule following) é o cerne da preocupação de Wittgenstein:<sup>8</sup> os §§ 185-242 ocupam posição central nas Investigações, e esses parágrafos estão relacionados com quase todos os temas importantes de seu pensamento: a crítica da visão agostiniana (fregeana) da língua, o debate sobre a determinação do sentido e sobre a vagueza, e acima de tudo o argumento da linguagem privada. "Seguir de acordo com a regra está na base de nosso jogo de linguagem", escreve Wittgenstein (1978: VI, § 28). Naturalmente, as regras já não são "sublimes", como

eram em Chomsky, elas são familiares: estamos "em conexão" com elas, e esta é a maneira como a gramática adquiriu sua profundidade (veja-se a seção 1.3). Não há nenhum procedimento direto pelo qual possamos definir e explicar "seguir as regras", e não deveria haver nenhuma dedução de um teoria geral do seguir as regras a partir de um único jogo prototípico sujeito a regras, digamos, o xadrez. As regras funcionam de maneiras bastante heterogêneas: ao guiar uma atividade, ao dominá-la, ao justificá-la.<sup>9</sup> Além do mais há uma tensão mútua entre o aspecto objetivo da regra - seu funcionamento na variedade dos jogos de língua - e sua contrapartida subjetiva de "seguir uma regra" (Baker 1981: 58 ss). Ambos os lados são abordados, como tentativa, de maneira terapêutica, contrariando a idealização e o "triumfalismo" cientificista. Do "lado objetivo", diz-se que as regras são instrumentos ou símbolos. Não são entidades platônicas, nem têm propriedades universais. Pensemos as regras como símbolos concretos, à maneira dos semáforos do trânsito, ou como exemplos peremptórios, como uma demonstração de como comportar-se em determinadas circunstâncias sociais. É evidente que nesses casos uma proposição funciona como uma regra, não é o seu conteúdo mas o seu uso que nos força a seguir regras - este é o motivo por que uma sentença descritiva e mesmo uma sentença puramente observacional pode ser uma regra, isto é, pode ser usada como um imperativo. De acordo com Wittgenstein, uma regra não é nunca um artigo de "exatidão lógica" - é um processo simbólico num contexto específico, um instrumento a causar (inter)ação. Do lado 'subjetivo', seguir regras é visto como uma ação de medir (a contrapartida da descrição das regras como instrumentos). Seguir uma regra de gramática é colocar em funcionamento um sistema de medição. Medir é seguir um procedimento, e os critérios para saber se alguém está medindo ou para saber se mediu corretamente são públicos e passíveis de revogação. O conceito de medição pressupõe acordo nos julgamentos - medir e mais geralmente seguir regras são práticas, e as práticas são intrinsecamente públicas. "Não há nada por trás das regras" (Wittgenstein 1974:244), "as regras não agem à distância" (Wittgenstein 1958: 14, e 1974: 81), são familiares, e como são comuns (praticadas numa dada comunidade) manifestam o caráter de serem as mesmas e regularidade.

Ainda assim, as regras de Wittgenstein não são regras no sentido da semântica intuitiva que tentei desenvolver. Segundo Wittgenstein, as regras não podem ser expressões metalingüísticas - as regras não funcionam por obra e graça da Academia dos Gramáticos. Wittgenstein sugere, num outro sentido, como o uso da língua é governado por estratégias de um tipo especial, a saber, estratégias exteriorizadas. Que as regras sejam passíveis de ser aprendidas não é essencial a elas - só é essencial que elas sejam seguidas. Do ponto de vista intuitivo em que se viam as regras como marcadas pelas características actancial, deontica e acadêmica, quero dizer que tão logo uma regra perde sua característica "acadêmica", tão logo não é mais vista como algo metalingüístico, ganharíamos em chamá-la uma estratégia. A definição mínima de uma estratégia é, pois, que expressa uma estrutura modal deontica, a saber, que prescreve o desenvolvimento de um programa, e desdobra relações interactanciais por manipulação. Em acréscimo a esta definição mínima, Wittgenstein insiste numa outra propriedade -

que é todavia particular à sua posição - a saber, a exteriorização e abertura das estratégias. As estratégias nem sequer envolvem conteúdos intencionais ou epistêmicos - são práticas-no-mundo, e portanto são públicas. Esta é a solução de Wittgenstein para o problema dos critérios de identidade<sup>10</sup> das estratégias. Ainda assim, argumentarei que "a perspectiva envolvendo comunidade" acerca das estratégias não implica a abertura das estratégias (ver secção III.2) - as estratégias não são necessariamente exteriorizadas.

### III. ESTRATÉGIAS DO FUNCIONAMENTO DA LÍNGUA E SUA RECONSTRUÇÃO

#### 1. Tática e estratégias

Tendo 'dissolvido' o conceito de regra em favor de lei de um lado, e tendo introduzido o conceito de estratégia de outro (com suas respectivas modificações por procedimentos de interiorização e exteriorização) começaremos a desenvolver considerações metapragmáticas sobre o panorama das possíveis conceitualizações de "estratégia". Para ter alguma diretriz, voltarei ao sentido original dessa última palavra. Acentuo duas sugestões que quero fazer: estratégia é um conceito polemológico, e, como na polemologia tradicional, estratégia é oposto a tática.

(1) Poder-se-ia procurar o conceito prototípico de estratégia na teoria dos jogos ou na teoria da decisão - e é verdade que isto se faz com frequência na teoria linguística, impressionada pela fama e pelo mito da computação. Mas penso que os usos matemático e econômico da noção, e portanto as orientações orientadas para o cálculo e a tomada de decisão deveriam ser encaradas como derivadas do sentido polemológico. O retorno ao uso etimologicamente primitivo de "estratégia" deveria prevenir-nos de ser ingênuos no momento em que precisamos estabelecer as condições de possibilidade do seguir estratégias determinado interacionalmente. Quando polemos é o ponto de partida de nossa conceitualização, quando a própria possibilidade de uma interação governada por estratégias é determinada pelo polêmico, pelo manipulatório, procurar arrimo na cooperação (Grice) na caridade (Davidson) ou na "humanidade" (Quine)<sup>11</sup> será extremamente desavisado. As estratégias não são nunca inocentemente transparentes - são essencialmente opacas, polêmicas e comprometidas com o poder.

(2) Na perspectiva polemológica, estratégia deve ser oposto à tática. Tradicionalmente, estratégia é definido em termos militares como a arte de empregar a força para realizar objetivos determinados pela política. A tática difere da estratégia com respeito a seus atores e sua extensão - consiste em conduzir operações efetivas que dependem estreitamente das possibilidades técnicas disponíveis. Os políticos definem, mesmo em tempos de guerra, a estratégia militar, ao passo que os generais definem a tática. As estratégias, em sua dependência da política, manifestam uma racionalidade que através da política é dependente da comunidade. As táticas, ao contrário, são contingentes enquanto determinadas por possibilidades efetivas (principalmente tecnológicas). Tanto a estratégia como a tática são ações, mas sofrem limitações diferentes: as estratégias pelas modalidades combinadas do querer e do saber (portanto com colorações

fortemente deônticas), as táticas por contingências reais. Na verdade, a relação dialética da política e do governo por meio de estratégias tem sido acentuada por muitos autores, como Clausewitz - não sô as estratégias são inspiradas na política, mas também a política é principalmente orientada para as estratégias.

A abordagem da teoria dos jogos e os procedimentos da tomada de decisão dizem respeito à tática, não à estratégia. Os jogadores, na teoria dos jogos, estimam a situação de seus parceiros, e fazem uma seleção entre os cursos de (inter)ação disponíveis. Uma jogada (move) no jogo, na verdade, "é um curso de ação que envolve conseqüências físicas reais no mundo exterior, e faz surgir alterações objetivas e bastante concretas... (A) própria situação é tal que defronta o jogador com um impasse premente e um contexto claramente determinado em que ele deve enfrentar esse impasse. Num contexto desse modo clarificador, um curso de ação se torna uma jogada" (ver Goffman 1969:90-1). Aplicando isso à situação do discurso, poder-se-ia dizer que as contingências são menos prementes, ou que o próprio contexto sócio-psicológico contingente (bem como outros aspectos contingentes do contexto) nunca determina globalmente a estratégia interacional. A dependência de estratégia (strategy boundedness) e o seguir estratégias são marcados por uma racionalidade que transcende as contingências - é uma racionalidade que nos faz raciocinar, ou emprega razões, e portanto nos permite desempenhar inferências práticas que resultam em ou modificam relações intersubjetivas. É através da política que as estratégias são racionais e relacionadas com a comunidade.

## 2. "Comum" e "aberto"

A noção adequada de estratégia - aplicável à produção e compreensão do discurso - é a noção polemológica; ademais, é a noção polemológica purificada da contaminação com a tática. Para tornar simples uma história verdadeiramente complexa, formulo agora quatro temas "metapragmáticos" que deveriam sugerir minha posição no campo de batalha pragmático. Uma taxionomia detalhada das estratégias de discurso não é objetivo deste artigo - neste contexto é mais importante alcançar uma visão equilibrada e segura da dependência de estratégias e do seguir estratégias em geral. Estas quatro teses formulam minhas opções por eliminação. Em primeiro lugar, a concepção ligada à comunidade das estratégias não implica que sejam abertas; em segundo lugar, que as estratégias sejam próprias de uma comunidade não é exigido por conhecimento mútuo, mas por compreensão em perspectiva; em terceiro lugar, a compreensão em perspectiva não se baseia num princípio de Cooperação, mas num Princípio de Relevância; por fim, a relevância não é monolítica, mas "piramidal", portanto as estratégias estão hierarquizadas piramidalmente.

A primeira afirmação desvia-se da ortodoxia Wittgensteineana - diz que os critérios de identidade para estratégias não se baseiam no fato de serem elas abertas, mas no seu caráter comunitário (communal) (ou em sua dependência de uma comunidade). Não quero dizer que não se deveria estabelecer nenhum critério de identidade para o funcionamento estratégico da língua, e me apresso em retomar a formulação de

Wittgenstein da distinção adequada entre critérios e sintomas (por evidência). Exatamente da mesma forma que posso perguntar "Quando digo o alfabeto para mim mesmo, qual é o critério pelo qual faço o mesmo que alguém mais que silenciosamente repete o alfabeto para si mesmo?" (Wittgenstein 1953: § 376), seria possível perguntar "O que faz ser o mesmo nas estratégias que as pessoas usam e seguem?" Os critérios mostram-nos "a essência expressa pela gramática" (Wittgenstein 1953: § 371); esses critérios pertencem à gramática, os sintomas não. Eu diria que as táticas são identificadas por sintomas da evidência, ao passo que as estratégias se fiam a critérios de identidade. Mas isto não deve ser tomado como significando que as estratégias são abertas - de fato, introduz-se aqui uma distinção entre a perspectiva da abertura e a perspectiva da continuidade das estratégias. A abertura é apenas um dos standards pelos quais os acontecimentos de uma "arena de conduta" (Goffman 1969: 90-1) são julgados na interação estratégica.

Aprendemos com a "arte de enganar" que várias estratégias - com efeito quase todo uso da língua governado por estratégia - não são abertas (nem exteriorizadas) nem exteriorizáveis. As estratégias da indireta (indirection) de que os atos de fala indiretos no sentido de Searle e seguidores são apenas um pequeno sub-conjunto - da persuasão, da argumentação, da manipulação e da sedução não são exteriorizáveis, e ainda assim são comunitárias. Uma jogada ou ação enganosa pode ser definida como tendo o objetivo de levar o ouvinte a fazer uma assunção falsa (ver Parrett 1979). Não há apenas o caso da mentira direta ou indireta, mas também os casos mais difíceis de fingir ou fazer-se passar por, de insinuar, fazer piada e todas as formas de "meias-verdades" e de ambigüidade (deliberada). É mesmo parte da definição desses atos de discurso que a intencionalidade subjacente não pode ser aberta (ver Vincent e Castelfranchi 1981). Todavia, o realizar esses atos não implica na autoexpulsão automática da comunidade de discurso. Ao contrário, o seguir estratégias de maneira não-aberta é a maneira corriqueira de modificar e mesmo criar relações comunitárias, mesmo quando essas relações são essencialmente opacas e assimétricas.

Um grande número de comentadores de Wittgenstein - entre eles, Baker e Hacker (1980) e Kripke (1982) - perceberam a conexão intrínseca entre o argumento contra a língua privada e a reflexão sobre "como seguir uma regra" nas Investigações Filosóficas. Mas "não ser privado" não significa, em minha opinião, "ser público" ou "ser aberto". Se assim fosse, as intuições Wittgensteineanas seriam inadequadas com respeito aos casos mais interessantes de funcionamento da língua, aqueles em que a opacidade é a essência do tipo de discurso. E ainda se pode adotar a posição radical - a que chamo "perspectiva comunitária" das estratégias - a saber que aquilo que é necessário para que uma pessoa siga uma estratégia, mesmo individualmente, não pode ser explicado sem referência a alguma comunidade. "É uma coincidência de assentimento (communit of assent) que fornece o fundo em contraste com o qual, somente, faz sentido pensar as respostas dos indivíduos como corretas ou incorretas... Nenhum de nós po de unilateralmente compreender a idéia do correto emprego da língua exceto por referência à autoridade do consentimento comunitário que se pode obter para o assunto; e

para a própria comunidade não há autoridade, portanto, não há parâmetro a ser colimado". Esta formulação da "perspectiva comunitária" por C.Wright (1981) me parece, tudo somado, aceitável. Evidentemente, a "perspectiva comunitária" é dirigida contra a idéia de uma linguagem privada (§ 202 das Investigações: "E pois também 'obedecer uma regra' é uma prática. E pensar que alguém está obedecendo uma regra não é obedecer a regra. Portanto não é possível obedecer uma regra 'privadamente'"). Todavia, opor-se à idéia de uma linguagem privada não significa que toda estratégia de discurso deva ser "pública" ou "aberta". Wittgenstein parece subentender este lado positivo, mais controvertido, do argumento em várias passagens. Mas uma interpretação mais fraca deveria sugerir somente que o seguir-estratégias e o estar sujeito a estratégias não são nunca privados, porque são práticas. Poder-se-ia considerá-los como práticas que não são "abertas", mas gradualmente (ou mesmo parcialmente) descobertas por compreensão em perspectiva. "Não ser aberto mas ainda assim comunitário", na verdade significa "estar sujeito à compreensão perspectiva".

### 3. Compreensão perspectiva e conhecimento mútuo

O problema da comunicação indireta não aparece facilmente numa teoria lingüística que focaliza a produção de breves fragmentos de língua isolados. Ademais, a persuasão, a manipulação e a sedução são reduzidas a mecanismos socio-psicológicos (fenômenos de 'performance') especialmente quando são investigados do ponto de vista da produção. Uma pragmática 'integrada' advoga que se vire a gramática, por assim dizer - para, ao invés de concentrar-se em regras de produção, tentar adivinhar estratégias de compreensão. Wittgenstein encara o problema da língua como o problema de compreender a língua (veja-se Baker e Hacker 1980: 587-621); afortunadamente, já nos acostumamos com a idéia de que uma teoria do sentido (e mesmo do "sentido como verdade") é, de fato, uma teoria da compreensão. A compreensão só pode ser 'perspectiva', não é nunca 'objetiva'. É uma penosa catarse a de libertarmo-nos da fascinação da filosofia ocidental com a verdade e a objetividade como valores essenciais do comportamento significativo e comunicativo (ver Parrett 1980b: especialmente 41-6). Uma teoria adequada da compreensão não permite que se reduza o caráter comunitário da significância (significance) à objetividade do sentido (meaning). Compreender é uma habilidade prática que pressupõe o domínio de 'proceduras' - a compreensão deve ser vista em primeiro lugar não como um processo psicológico em quem compreende (noções psicológicas intervêm depois que as proceduras foram diretamente associadas com os tipos idiosincráticos de intenção comunicativa e com crenças e desejos locais ou substanciais), mas como a habilidade prática para interpretar um contexto. O que se deve garantir, antes e acima de tudo é a relação do que compreende, direta com os contextos de compreensão, e não com uma construção imanente de alguma vida interior.

A prática da compreensão por meio de estratégias sistemáticas se fundamenta no conhecimento. A teoria da compreensão se torna epistemologicamente orientada uma vez que se admite que se deve atribuir conhecimento implícito àquele que compreen

de. Mas como especificar em que consiste esse conhecimento? Não pode ser um tipo de língua interior, como na perspectiva mentalista (por exemplo, de acordo com Fodor). Compreender não é um processo de tradução basicamente análogo ao que acontece quando uma máquina "compreende" uma sentença na sua linguagem de programação. Também não é verdade (como quer a perspectiva intuitiva do realismo ingênuo) que compreender uma expressão envolva apenas o conhecimento da definição de verdade para a língua. Esse conhecimento é uma condição necessária para compreender a representação das condições de verdade da expressão (porém não é suficiente, mesmo na abordagem realística). Compreender uma expressão, por aí, é, de fato, conhecer condições de verdade e falsidade. De acordo com esse ponto de vista, não há nunca problemas com a acessibilidade dessas condições, e é esse o motivo pelo qual a posição realística ser em última análise ultrapassada.

Minha posição é, ao contrário, que o conhecimento que as pessoas têm das condições de verdade/falsidade das expressões reside em sua capacidade de reconhecer contextos como contextos para a expressão, ou, mais precisamente, reside na "interpretação" de contextos. Portanto a acessibilidade das condições de verdade/falsidade deve ser posta no coração da teoria. O fato é que dizer que uma expressão é verdadeira se e somente se há um contexto para ela é dizer que, para toda expressão E, E é verdadeira se e somente se há um contexto que proporciona uma justificação conclusiva para assertar E. Portanto, a raiz da controvérsia concerne à primazia, na teoria da compreensão, da possibilidade de conhecimento (Knowability) ou acessibilidade dos contextos. O conhecimento suposto habilita aquele que compreende a interpretar contextos ou, em outras palavras, a reconhecer indivíduos, estados e eventos como os contextos para uma expressão - portanto o conhecimento suposto não pode existir senão na prática da interpretação. Compreender E, então, é ter acesso à verdade de E - o conhecimento de que compreender sofre determinações por parte da possibilidade de conhecimento da condição de verdade de E. Na verdade, o problema da relevância do contexto para o valor de verdade de uma expressão tem sido desesperadamente negligenciado pelas explicações realista e neo-realista da compreensão.

Uma outra especificação diz respeito à natureza do conhecimento que aqueles que compreendem têm quando se diz que eles "tem acesso", durante o processo de interpretação, aos contextos justificatórios. Aqui, faço uma distinção entre conhecimento substancial e conhecimento formal. O conhecimento substancial consiste no conhecimento de conteúdos, ao passo que o conhecimento "formal" consiste no conhecimento de estratégias. Poder-se-ia dizer que, para pessoas que compreendem com acesso ao contexto justificatório, conhecer significa que elas compartilham crenças de fundo ou básicas com as pessoas no interior da comunidade. Isto seria conhecimento substancial, ou conhecimento de contextos com uma coloração semântica e um caráter informacional particular. Todavia, esta não é a maneira como uma teoria da compreensão funciona, e eu sustento que o papel das crenças (crenças de fundo, básicas e mútuas) tem sido perigosamente exagerado nas discussões atuais sobre a natureza da compreensão. O conhecimento não é necessariamente afetado por conteúdos específicos. Em contraste com

isso, o conhecimento "formal" é um conhecimento de estratégias de justificação. A interpretação, na verdade, baseia-se no conhecimento por parte de quem compreende de estratégias de justificação compartilhadas no interior de uma comunidade<sup>12</sup>. O que se exige para a compreensão não é um conhecimento mútuo, mas um conhecimento comum. O conhecimento comum é um conhecimento que é compartilhado, ao passo que o conhecimento mútuo é um conhecimento não só compartilhado, mas que se sabe ser compartilhado, e que se sabe que se sabe ser compartilhado, e assim por diante (Sperber e Wilson 1982:61-?). Portanto a exigência de conhecimento mútuo nos leva à bem conhecida regressão ao infinito ("Sei que você sabe que eu sei etc."). Todavia, para compreender a significância de fragmentos de língua não é preciso conhecer um conjunto finito de proposições, mas é preciso compartilhar estratégias comuns - seu caráter comum não implica nem em abertura (como mostrei na seção III.2) nem em conhecimento mútuo.

#### 4. O princípio de relevância e o princípio de cooperação

Surge, novamente, a necessidade de dispor de critérios para a identidade de "perspectivas" sobre a significância, e para o caráter comum das estratégias "conhecidas". Na realidade, o perspectivismo não se baseia na noção epistêmica de conhecimento, e pois num conhecimento proposicional ou substancial - antes é o modo pelo qual a compreensão-como-uma-prática (e não como um estado mental, como Wittgenstein afirmou com razão) contextualiza fragmentos de discurso. Isto, também, explica porque critiquei anteriormente a idéia de tentar fundamentar o conceito de caráter comum na cooperação entre os membros de uma comunidade. O que governa as estratégias de compreensão não é o princípio de Cooperação, mas o Princípio de Relevância. A orientação po lemológica de nossa noção de estratégia exclui a cooperação (ou coordenação) como o a priori que nos habilita a compreender perspectivamente. Para compreender perspectivamente, isto é, para compreender uma estratégia comunitária é suficiente admitir como nosso a priori mais formal que "o falante tenta expressar fragmentos de discurso que são os mais relevantes possível para o ouvinte" (Sperber e Wilson 1982: 75). A van tagem da relevância, - em oposição à cooperação, coordenação, caridade, humanidade - é que o discurso, em sua compreensão, pode ainda ser ao mesmo tempo relevante e opaco. Opacidades essenciais<sup>13</sup>, como a retórica argumentativa e persuasiva das expressões metafóricas, a manipulação e a sedução, são ainda relevantes para quem compreende, e tomadas como relevantes pelo falante (ou melhor, como a relevância é uma noção normativa, o falante visa à relevância). Estritamente falando, o que torna a comunicação possível é que o falante e aquele que compreende têm em comum o conhecimento estratégico da relevância como uma norma.

Hã, em verdade, dois problemas principais com as teorias Griceanas do sentido (e da compreensão do discurso), e com a pragmática nelas baseada. Ambas as dificuldades referem-se aos critérios de identidade da significância-enquanto-compreendida, e com sua fundamentação. Em primeiro lugar, o ponto de partida de Grice é a distinção entre aquilo que é dito e aquilo que é implicado (ou passado a título de implicatura). As estratégias de compreensão daquilo que é transmitido a título de impli

atura são parasitárias em relação "àquilo que é dito". Aquilo que é dito é aquilo que é verdadeiro ou falso, e aquilo que "está estreitamente relacionado ao sentido convencional das palavras (da sentença que o falante) enuncia" (Grice 1974: 44). A autonomia daquilo que é dito assenta na base estável das condições de verdade e do sentido convencional. A reconstrução da significatividade implicada (digamos: o conjunto das implicaturas conversacionais) no caso da compreensão estratégica é estreitamente dependente do núcleo estável das condições de verdade e das convenções (gramaticais e lexicológicas). A identidade daquilo que é implicado sofre restrições diretas por parte daquilo que é dito. O caráter comum tem uma base absoluta na ontologia dos referentes (condições de verdade) bem como nos sentidos convencionais. Em segundo lugar, a parte suplementar - aquilo que é implicado - tem um fundamento não só no núcleo - aquilo que é dito - mas também em si mesma: a cooperação pressupõe estruturas psicológicas coordenadas entre os membros da comunidade (de fato, uma estrutura psicológica é a intersecção de componentes judicativo e volitivo). No primeiro caso, a ontologia e a gramática agem como critérios definitivos de identidade, no segundo caso a psicologia. Em verdade, o conhecimento mútuo da significância implicada pressupõe uma estrutura psicológica idêntica, não só de conteúdos epistêmicos, mas também de motivos volitivos. Este não pode ser o modo como os membros de uma comunidade linguística entendem uns aos outros estrategicamente. A identificação absoluta da significância não pode sequer ser alcançada; e além disso não é sequer necessária. Uma identificação "razoável" é tudo de que se precisa. Uma teoria da compreensão não precisa de noções absolutas nem de fundamentos absolutos - ao contrário, noções como perspectivismo, relevância e estratégia determinam o caráter comum mais adequadamente do que o conhecimento mútuo, a cooperação ou a abertura. A significância relevante e a compreensão perspectiva se correlacionam reciprocamente - sugerem que uma estratégia é questão de grau, ou, para voltar a Wittgenstein, é um conceito baseado em semelhança de família. Há graus de relevância porque as estratégias de compreensão não podem visar a mais do que "perspectivas" da significância. O caráter comum consiste precisamente na generalidade, no interior de uma comunidade linguística, de uma norma nunca completamente realizável, nunca completamente transparente. Os usuários da língua compartilham (o conhecimento) desta norma sem necessariamente compartilharem fragmentos de conhecimento substancial.

##### 5. A pirâmide de estratégias

Recentemente, Sperber e Wilson mostraram de maneira convincente que um princípio geral de relevância é uma alternativa adequada em linguística empírica à hipótese de um princípio de cooperação de Grice (Sperber e Wilson, 1982). O que é realmente interessante nessa alternativa é que seu quadro teórico se coaduna perfeitamente com as intuições que eu quis expor. Compreender envolve inferências e não só pela aplicação das "regras" da lógica standard (com seu feedback ontológico), pois tais inferências não poderiam de modo algum ser feitas se o contexto do fragmento de

língua estivesse faltando. Para usar a terminologia de Sperber e Wilson, poder-se-ia dizer que as estratégias de compreensão são, de fato, implicações contextuais, ou, para cunhar uma expressão, proceduras de contextualização. Contudo, nenhum contexto está fixado de antemão. O progredir da compreensão perspectiva é "uma busca do contexto que tornará a interpretação possível. Em outras palavras, a determinação do contexto não é um pre-requisito do processo de compreensão, mas uma parte dele" (Sperber e Wilson 1982: 76). O contexto inicial é o co-texto, a estrutura convencional do fragmento de língua, e cada expressão do contexto cria novas possibilidades de derivar implicações contextuais. Um tipo de expansão inclui todos os referentes possíveis dos fragmentos de língua, um outro as específicas condições intencionais do ato de fala.

Fica além dos limites deste artigo apresentar uma tipologia completa das contextualizações (veja-se Parrett 1980b:especialmente 76:92), ou a tipologia das estratégias que é seu correlato (Parrett 1980 e 1980c; uma apresentação mais detalhada da malha hierarquizada de estratégias é dada em Parrett, a sair, cap.3). Uma observação final deve ser acrescentada para evitar equívocos, mesmo neste nível de generalidade metapragmática. A relevância não pode ser monolítica: os tipos de relevância, exatamente como os tipos de estratégias, são organizados hierarquicamente. A relevância é piramidal: gera piramidalmente contextualizações, e portanto permite a compreensão perspectiva de maneira progressiva e hierarquizada. As estratégias de compreensão são estruturadas como pirâmides - alternativamente, poder-se-ia usar a imagem do iceberg. No alto, estão as "regras" gramaticais, que formam a parte observável ("empírica") do iceberg, permitindo-nos compreender o fragmento de língua em seu co-texto (incluindo as relações dêiticas e anafóricas). Descer estrategicamente para a base da pirâmide, contextualizando mais largamente e mais "a fundo" faz-nos passar por dois níveis da pirâmide: a função proposicional contextualiza o referente; a condição ilocucionária contextualiza as intenções acionais. A compreensão perspectiva pode ainda necessitar do tipo de contextualização mais fundamental - a base da pirâmide - a saber, o caráter comunitário como um valor com suas máximas derivadas. Uma gramática profunda (Wittgensteineana) nada mais é do que uma reconstrução da pirâmide das estratégias de compreensão. Uma pragmática sistemática e integrada deve considerar o funcionamento da língua condizente com uma concepção epistemologicamente coerente desta pirâmide de estratégias.

---

#### NOTAS

\*\* Agradecimentos a C.Caffi, A.Conte, W.De Pater, N.Dittmar, R.Harris, D.Holderoft, P.Leonardi, J.Mey e Z.Vendler por seus proveitosos comentários e sua crítica construtiva a uma versão preliminar deste artigo. Tenho uma dívida especial para com o Departamento de Filosofia da Universidade da Califórnia, San Diego (Caderia Georgios Anagnostopoulos) onde estive como professor visitante no período de primavera de 1983 e onde escrevi a versão final deste artigo.

1. O próprio Saussure usa o sintagma "economia lingüística" (Saussure, 1915/1983/: 170). Saussure conhecia pessoalmente o trabalho de Pareto.
2. Sobre a definição e a força da noção de catálise (em contraposição a análise) ver Parrett (1983).
3. Wittgenstein escreveu duas séries de observações, primeiro em 1930 e depois em 1936, publicadas como "Bemerkungen über Frazer's The Golden Bough" (Wittgenstein 1967 /1971/). Vejam-se sobre essas notabilíssimas páginas de Wittgenstein, Rhees (1982) e Cioffi (1981).
4. O termo não aparece no Lexique de la Terminologie de Godel (1957) e Engler menciona 'règle' mas numa única aplicação acidental.
5. Veja-se Godel (1957) e especialmente Engler (1868), no verbete 'Grammaire'. Saussure fala frequentemente da 'grammaire générale' que é a gramática dos lógicos, e, num sentido pejorativo, da 'grammaire comparée' ou 'grammaire historique'.
6. A distinção entre constricção e restrição é feita por Bazell (1964): uma constricção é imposta pelo sistema da língua; às restrições os usuários do sistema da língua obedecerão 'normalmente'.
7. Esta problemática estreitamente relacionada do conhecimento e da representação é debatida em vários artigos em de Gelder (1982); veja-se Parrett (1982).
8. Esta é a opinião de Saul Kropke (1982), bem como a de Baker e Hacker (1980).
9. Há um capítulo "O que é uma regra" em Waismann (1965), que é uma boa resenha de muitos aspectos da concepção de Wittgenstein.
10. Sobre como esta solução do problema dos critérios de identidade poderia criar uma "Perspectiva Wittgensteineana em Lingüística", veja-se um artigo com esse título, de Taylor (1981).
11. Tentei sistematizar estes e outros princípios (manifestação, geratividade, veracidade, reciprocidade, coordenação, cooperação, racionalidade, caridade, humanidade) em Parrett (1976).
12. Desenvolvimentos maiores sobre este tema, ver Parrett (1980b; 46-51).
13. Este tema será desenvolvido em alguns capítulos de Parrett, em elaboração.

## BIBLIOGRAFIA

- AARSLEFF, H. 1982. From Locke to Saussure. Essays on the Study of Language and Intellectual History, London: Athlone.
- BAKER, G. 1981. "Following Wittgenstein: Some Signposts for Philosophical Investigations §§ 143-242." In: Holtzman, S. and C. Leich, eds., 31-71.
- BAKER, G. and R. M. S. Hacker. 1980. Wittgenstein. Understanding and Meaning, Vol. 1, Oxford: Blackwell.
- BAZELL, C.E. 1964. "Three Misconceptions of Grammaticalness," Monograph Series on Language and Linguistics, 17, 3-9.
- BOTHA, R. P. 1981. "On the Galilean Style of Linguistic Theory," Stellenbos Papers in Linguistics, 7.
- BOURDIEU, P. 1982. Ce que parler veut dire. L'économie des échanges linguistiques, Paris: Fayard.
- CHOMSKY, N. 1978. "Interview with Sol Saporta," Working Papers in Linguistics, Number Four Supplement, University of Washington, Department of Linguistics.
- \_\_\_\_\_ 1978b. "A Theory of Core Grammar," Glott, 1, 7-26.
- \_\_\_\_\_ 1980. Rules and Representations, New York: Columbia U.P.
- CIOFFI, F. 1981. "Wittgenstein and the Fire-Festivals," in I. Block, ed., Perspectives on the Philosophy of Wittgenstein, Oxford: Blackwell, 212-237.
- COOPER, D.E. 1975. Knowledge of Language, London: Prism Press.
- ENGLER, R. 1968. Lexique de la terminologie saussurienne, Utrecht/Antwerp.
- GELDER, B. de (ed.) 1982. Knowledge and Representation, London: Routledge and Kegan Paul.
- GODEL, R. 1957. Les sources manuscrites du Cours de linguistique générale, Paris/Genève.
- GOFFMAN, E. 1969. Strategic Interaction, Philadelphia, U. of Pennsylvania P.

- GREIMAS, A.J. and J. COURTÉS. 1979 (1982). Semantics and Language. An Analytical Dictionary (translated by L. Crost and D. Patte), Bloomington. Indiana U. P.
- GRICE, H.P. 1975. "Logic and Conversation," in P. Cole and J.L. Morgan, eds., Syntax and Semantics III: Speech Acts, New York: Academic P.
- HARRIS, R. 1978. Communication and Language (Inaugural Lecture Oxford 1978), Oxford: Clarendon P.
- \_\_\_\_\_ 1980. The Language-Makers, London: Duckworth.
- \_\_\_\_\_ 1983. "Saussure and the Dynamic Paradigm," in C. J. Bailey and R. Harris, eds., Developmental Mechanisms in Language, Oxford: Pergamon P. (to appear).
- HJELMSLEV, L. 1963. Prolegomena to the Theory of Language, Madison, The U. of Wisconsin P.
- HOLTZMANN, S. and C. LEICH (eds.) 1981. Wittgenstein: To Follow a Rule, London: Routledge and Kegan Paul.
- KANT, I. 1963. Critique of Pure Reason (translated by N.K. Smith), London: McMillan.
- KATZ, J.J. 1971. The Underlying Reality of Language, and Its Philosophical Import, New York: Harper and Row.
- KOERNER, E.F.K. 1973. Ferdinand de Saussure, Tübingen, Vieweg.
- KRIPKE, S. 1982. Wittgenstein. On Rules and Private Languages, Oxford: Blackwell.
- PARRET, H. 1976. "Principes de la déduction pragmatique," Revue Internationale de Philosophie, 30, 486-510.
- \_\_\_\_\_ 1979. "Eléments d'une analyse philosophique de la manipulation et du mensonge," Manuscrito, 2, 119-152 (published in the Documents de Travail of the Centro Internazionale de Semiotica de Urbino, 1978, 35 p.).
- \_\_\_\_\_ 1980. "Les stratégies pragmatiques," Communications, 32, 250-273.
- \_\_\_\_\_ 1980b. Contexts of Understanding, Coll. Pragmatics and Beyond 6, Amsterdam, Benjamins.
- \_\_\_\_\_ 1980c. "Connaissance et contextualité," in H. Parret, M. Sbisà and J.

Verschueren, eds., 7-190.

\_\_\_\_\_ 1982. "On Representationalism" in Gelder, B. de, ed., 139-154.

\_\_\_\_\_ 1983. "L'Énonciation en tant que deictisation et modalisation", Languages, 70, 83-97.

\_\_\_\_\_ De la rationalité dans le discours, Paris. (a sair).

\_\_\_\_\_ Essential Opacities. Linguistic Fringes Reconsidered, London.  
(em preparação).

PARRET, H., M. SBISA and J. VERSCHUEREN, eds. 1980. Possibilities and Limitations of Pragmatics, Amsterdam: Benjamins.

RHEES, R. 1982. "Wittgenstein on Language and Ritual," in B. McGuinness, ed., Wittgenstein and His Times, Oxford: Blackwell, 67-107.

SAUSSURE, F. de 1915(1983) Course in General Linguistics (translated and annotated by R. Harris), London: Duckworth.

SPERBER, D. and D. Wilson 1982 "Mutual Knowledge and Relevance in Theories of Comprehension," in N. V. Smith, ed., Mutual Knowledge, London/New York/Paris: Academic Press.

TAYLOR, T.J. 1981 "A Wittgensteinian Perspective in Linguistics," Language and Communication, 2/3.

VICENT- J.M. and C. Cartelfranchi 1981 "On the Art of Deception: How to Lie While Saying the Truth," in H. Parret, M. Sbisà and J. Verschueren, eds., 749-777.

WAISMANN, F. 1965 The Principles of Linguistic Philosophy, London: McMillan.

WEINBERG, S. 1976 "The Forces of Nature." Bulletin of the American Academy of Arts and Sciences, 29, 13-29.

WITTGENSTEIN, L. 1953 Philosophical Investigations, Oxford: Blackwell.

\_\_\_\_\_, 1958 The Blue and Brown Books, Oxford: Blackwell.

\_\_\_\_\_ 1967(1971) "Bemerkungen über Frazer's The Golden Bough," Snythese (in English translation by A.M. Miles and R. Rhees).

\_\_\_\_\_ 1974 Philosophical Grammar (ed. by R. Rhees), Oxford: Blackwell.

WITTGENSTEIN, L. 1978 Remarks on the Foundations of Mathematics (ed. by G.H. von Wright, R. Rhees and G.M. Anscombe), Oxford: Blackwell.

WRIGHT, C. 1981 "Rule-Following, Objectivity and the Theory of Meaning," in S. Holtzmann and C. Leich, eds., 99-117.